DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 7299/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/18784/2013
PROTOCOLO	: 1460984
ÓRGÃO	: FUNDAÇÃO DE CULTURA DE CORUMBÁ
JURISDICIONADO	: MARCIA RAQUEL ROLON
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 44/2013
RELATOR	: CONS. RONALDO CHADID
VALOR	R$ 106.150,00

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO. EXECUÇAO FINANCEIRA. DESPESA PROCESSADA. EMPENHO. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO. REGULARIDADE. REMESSA INTEMPESTIVA DE DOCUMENTOS. MULTA.

Em exame a execução financeira do Contrato Administrativo n. 44/2013, celebrado entre a Fundação de Cultura de Corumbá/MS e a empresa MT Estruturas para Eventos Ltda., visando à contratação de empresa prestadora de serviços de locação de infraestrutura, para atender aos eventos: oficina em dança – Concerto de Santa Cecília e Pantanal Extremo nos dias 21, a 24, objetivando o atendimento da fundação, no valor inicial da contratação de R$ 106.150,00 (cento e seis mil cento e cinquenta reais).

O procedimento licitatório – Pregão Presencial n. 167/2013 – e a formalização contratual foram considerados regulares, conforme Acórdão da 1ª Câmara AC01-G.RC-**478/2015,** *f.308/311*.

Na análise técnica a 5ª ICE constatou que os documentos que instruem a da execução financeira do contrato atendem integralmente as disposições estabelecidas na Lei 4.320/64; bem como foram remetidos ao Tribunal de Contas de acordo com as exigências da Instrução Normativa 35/2011, exceto pela remessa dos documentos fora do prazo previsto no Anexo I, Capítulo III, Seção I, 1.3.1, "*A*" da Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011 (ANA-5ICE-16440/2016 - *f.336/338)*.

O Ministério Público de Contas, por sua vez, opinou pela legalidade e regularidade da execução financeira e pela aplicação de multa, conforme parecer acostado à *f.339* (PARECER PAR - 2ª PRC – 8327/2017).

É o relatório.

Das razões de decidir

O mérito da questão baseia-se na apreciação da execução financeira do Contrato Administrativo n. 44/2013, celebrado entre a Fundação de Cultura de Corumbá/MS e a empresa MT Estruturas para Eventos Ltda.

A execução financeira foi devidamente comprovada da seguinte maneira:

EXECUÇÃO FINANCEIRA

VALOR TOTAL DO CONTRATO	R$ 106.150,00
VALOR EMPENHADO	R$ 106.150,00
DESPESA LIQUIDADA	R$ 106.150,00
PAGAMENTO EFETUADO	R$ 106.150,00

A despesa foi devidamente empenhada, liquidada e paga, no montante de R$ 106.150,00 (cento e seis mil cento e cinquenta reais) de acordo com as normas de finanças públicas prescritas nos artigos 60 a 65 da Lei 4.320/64, porém os documentos foram remetidos fora do prazo previsto no Anexo I, Capítulo III, Seção I, 1.3.1, "*A*" da Instrução Normativa TC/MS n. 35/11.

Dessa forma, tenho como suficientes as razões expostas pela 5ª Inspetoria de Controle Externo, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas, sob o fundamento do art. 120, inc. III da RNTC/MS n. 76/2013, **DECIDO**:

I - Pela **REGULARIDADE** da execução financeira do Contrato Administrativo n. 44/2013, celebrado entre a Fundação de Cultura de Corumbá/MS e a empresa MT Estruturas para Eventos Ltda., de acordo com o previsto na Lei 4.320/64, *com ressalva pela remessa dos documentos fora do prazo previsto no Anexo I, Capítulo III, Seção I, subitem, 1.3.1, "A" da Instrução Normativa TC/MS n. 35/11*;

II - Pela **APLICAÇÃO DE MULTA** à Ex-Diretora – ***Márcia Raquel***

Rolon, inscrito no CPF n. 408.321.471-98 no valor de correspondente a **30 (trinta) UFERMS** prevista no art.170, § 1º, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do TCE/MS, na forma do Provimento n. 2/2014 da Corregedoria Geral do TCE/MS, em face da remessa intempestiva acima citada;

III - Pela **CONCESSÃO DO PRAZO** de 60 (sessenta) dias para o recolhimento da multa ao FUNTC, nos termos do art. 83 da Lei Complementar 160/2012, mediante comprovação de pagamento nos autos, sob pena de cobrança executiva judicial, nos termos do art. 77, § 4º da Constituição Estadual.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 20 de julho de 2017.

(Assinado digitalmente)
Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

SMA